

ACTA N.º 20

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 29 de Setembro de 2000.

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil, no salão da Junta de Freguesia, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente, Sr. Olímpio Francisco de Oliveira.

Para além do Presidente da Mesa compareceram os seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Álvaro Favas Brasileiro, Henrique Alberto Arraiolos, António Jesus Milheiriço, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Raposo Tirano, Justino Jorge da Costa Marques, Maria de Fátima Guerra Rodrigues, António José Sanfona Coelho, Maria Manuela Ferreira Duque, António Conceição Moreira, Filipe Malacho, Paulo Francisco Espírito Santo e Fernando Vital.

Ausentes os eleitos Armindo João Gaspar Pinhão e Josué da Silva Cavalheiro.

O Presidente da Mesa deu início aos trabalhos dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que justificou a necessidade de ter que incluir na ordem de trabalhos a Autorização da Repartição de Encargos.

Constituída a Mesa, pelo seu presidente e pelos secretários Vera Lúcia Noronha e Henrique Alberto Arraiolos foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma horas e trinta minutos com a discussão de se incluir no ponto um a Repartição de Encargos, a qual foi aprovada por unanimidade.

A Ordem de Trabalhos, foi a seguinte:

Ponto um – Autorização da Repartição de Encargos:

- a) Construção do pavilhão de Atletismo – Ampliação – Alpiarça;
- b) Construção de Depósito Elevado de trezentos metros cúbicos para o Reforço e Abastecimento de Água a Frade de Baixo e Gouxaria – Alpiarça;

Ponto dois – Segunda Revisão ao Plano de Actividades para o ano de dois mil (Aprovação/Ratificação);

Ponto três – Projecto do Regulamento do Canil Municipal de Alpiarça;

Ponto quatro – Proposta – Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Junta de Freguesia de Alpiarça, ao abrigo número onze, do Decreto-Lei número setenta e sete barra oitenta e quatro, de oito de Março;

Ponto cinco – Contracção de Empréstimo a Longo Prazo;

Ponto seis – Proposta - Isenção do pagamento da taxa devida pela ocupação da via pública, por motivo de obras destinadas à recuperação de fachadas de edifícios

degradados do concelho de Alpiarça.

Interveio o autarca Paulo Espirito Santo para se justificar da sua ausência à última Assembleia Municipal .

O Presidente de Mesa passou à discussão da acta número dezanove, respeitante à sessão de vinte e sete de Junho do ano corrente, tendo sido propostas algumas correcções e posta à votação, foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

Interveio o autarca Paulo Espirito Santo para referir que depois da leitura da acta lhe surgiram algumas dúvidas; perguntou se já tinham vindo os esclarecimentos pedidos sobre a Ecolozíria à RESIURB.

O Presidente da Mesa referiu que os esclarecimentos pedidos ainda não foram dados pela RESIURB.

Usou da palavra o eleito António Milheiriço para fazer um elogio à última edição da Alpiagra.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Mesa deu início a este período e apresentou um requerimento com o seguinte teor:

“Os membros eleitos da Assembleia Municipal de Alpiarça, abaixo identificados, vêm, ao abrigo do número um do artigo trinta e dois, da alínea b) e do número um do artigo cinquenta da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, requerer a convocatória de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a fim de ser elaborado e aprovado o Regimento da Assembleia Municipal, à luz da lei sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e nove.

Pedimos deferimento

Os Requerentes:

Paulo Francisco de Melo e Araújo Espirito Santo

Maria Manuela Ferreira Duque

Vera Lúcia Santos Noronha

Josué Silva Cavalheiro

António José Sanfona Coelho

Maria Fernanda Raposo Tirano

Maria de Fátima Guerra Rodrigues”

O requerimento foi posto à votação, sendo aprovado por maioria com duas abstenções.

A eleita Vera Noronha leu a primeira moção com o seguinte teor:

“Em consequência de doença prolongada faleceu em Agosto o destacado Democrata Henrique de Barros. Professor e investigador de economia agrária. Foi uma das vítimas do fascismo. Depois do Vinte e Cinco de Abril participou, como Ministro de Estado no Primeiro Governo Constitucional e foi Presidente da Assembleia Constituinte.

Tendo presidido também á Comissão de Recandidatura do Presidente Ramalho Eanes.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida a vinte e nove de Setembro envia à família enlutada os mais sentidos pêsames.

Bancada da CDU”

Foi posta a moção à votação, sendo esta aprovada por unanimidade.

A eleita Vera Noronha leu a segunda moção com o seguinte teor:

“Alpiarça dispõe recentemente de um aterro onde colocar os resíduos urbanos produzidos no concelho.

A fim de ser implementada a recolha selectiva de alguns tipos de resíduos urbanos, foram colocados em Alpiarça, diversos ecopontos.

Para que a população do concelho de Alpiarça pudesse efectuar a selecção dos diversos tipos de resíduos a colocar nos ecopontos, foi elaborado e distribuído pela autarquia, um pequeno folheto informativo, que continha a informação essencial, relativamente às separações a efectuar. A Câmara Municipal apelou desse modo, a todos os munícipes, para que contribuíssemos para o sucesso deste grande passo ambiental, que é a separação na fonte de diversos tipos de resíduos.

Foi com grande satisfação, que pudemos constatar que a nossa população estava a aderir em grande escala, à colocação de resíduos nos ecopontos.

Foi com bastante indignação que pudemos verificar que, ao fim de alguns dias os ecopontos começaram a transbordar ... e as pessoas começaram por colocar o lixo separado encostado aos ecopontos; depois foram-se questionando, quanto ao esforço de separar em casa, cada tipo de lixo produzido!...

Para que não restem dúvidas quanto à responsabilidade deste facto, convém recordar que a RESIURB existe e foi criada para efectuar a gestão dos resíduos urbanos dos concelhos que a integram. É caso para perguntar aos responsáveis da RESIURB, para quando a recolha dos ecopontos do concelho de Alpiarça.

A recolha que tem sido efectuada é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Alpiarça, que atenta à situação criada, não podia ficar de braços cruzados, à espera que da RESIURB, houvesse um pouco de eficácia para resolver em tempo útil, aquilo que deveria estar

feito desde o início do funcionamento do aterro: a recolha dos resíduos colocados nos ecopontos.

Será que os responsáveis da RESIURB não esperavam tamanha adesão e não tinham o processo de recolha devidamente programado, para se iniciar logo que os ecopontos foram colocados?

Será que nos restantes concelhos da RESIURB, a situação é semelhante? Ou será que nesses concelhos os ecopontos não encheram?

Cabe aos cidadãos, colaborarem activamente para garantir o sucesso da recolha selectiva e da correcta utilização do aterro, mas compete aos responsáveis da RESIURB, disponibilizarem aos cidadãos, os meios necessários para que o nosso esforço de separação seja um sucesso, com uma conseqüente recolha selectiva, eficaz e eficiente.

Assim, os eleitos do Partido Socialista, na sessão ordinária em 29 de Setembro de 2000 da Assembleia Municipal de Alpiarça, censuram veementemente a actuação da RESIURB, no processo de recolha selectiva dos resíduos depositados nos ecopontos do concelho de Alpiarça e exigem que, de imediato seja dado conhecimento deste protesto à população do Concelho.”

O autarca Henrique Arraiolos entrevistou para perguntar se os ecopontos eram colocados pela Câmara Municipal ou pela RESIURB e questionou ainda se a selecção dos locais e número de ecopontos era uma decisão da RESIURB ou se foram colocados de acordo com uma informação da Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu que os ecopontos eram colocados pela RESIURB, que o número de ecopontos são função do número de habitantes e que a localização é ajustada em função das indicações da Câmara Municipal. Neste momento a RESIURB já tem a indicação do ajustamento da localização, que foi pré-definida em 1993.

A moção foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com nove votos a favor e seis abstenções.

O eleito Henrique Arraiolos fez a seguinte declaração de voto: “Uma declaração de voto neste sentido, eu penso que seria mais razoável antes de estar a colocar esta questão para tentar criar digamos uma opinião sobre esta atitude que poderá ser incorrecta por parte da RESIURB, penso que seria conveniente chamar a atenção com alguma evidência à RESIURB com esta situação, portanto eu sou mais favorável que se vá primeiro por aí do que propriamente já ultrapassando se calhar contactos com a RESIURB ou com esta exigência à RESIURB, portanto já esta situação.

A eleita Vera Noronha fez a seguinte declaração de voto: “A minha declaração de voto é no sentido de votar a favor dado que quem anda nestas coisas há muito tempo deveria saber que as casas não se começam pelo telhado e portanto há muitos meses que a população deveria ter sido informada pela RESIURB e não foi, a Câmara Municipal substituiu-a. Há muitos meses que o processo de recolha dos ecopontos deveria estar programado e pelos vistos não esteve e portanto é evidente que uma população não pode ficar à espera que tardiamente venham desculpas. Quando os ecopontos foram colocados deveria estar tudo preparado para assim que eles enchessem serem despejados de imediato, nós não podemos ver pequenas lixeiras espalhadas pelo concelho, daí o meu votar favoravelmente a esta moção.”

O eleito Paulo Espírito Santo fez a seguinte declaração de voto: “A razão porque eu voto favoravelmente esta moção, e não vou com meias medidas para dizer que é legitimamente para chamar a atenção da RESIURB, é para termos a certeza que independentemente de tudo com certeza que o executivo já chamou a atenção sobre estas situações e se essas preexistem é porque não foram corrigidas e como tal a população não vai ter o direito, tem que ter o dever, porque a nós compete-nos Assembleia Municipal, estilizar todas as entidades nas quais nós temos uma intervenção directa, e a RESIURB é uma delas, a nós compete-nos fiscalizar o funcionamento lícito, para bem dos nossos concidadãos. As pessoas correspondem e depois não há uma correspondência da parte da entidade que tem essa capacidade, as pessoas devem saber quem é a entidade a quem compete fazer essa recolha e como tal fiz declaração de voto neste sentido.”

O eleito Álvaro Brasileiro fez a seguinte declaração de voto: “A declaração de voto deve ser feita neste sentido porque por vezes estas empresas têm atrás de si outras empresas, e faço a pergunta, é se realmente esta empresa tem por trás alguma empresa que faça estes trabalhos, porque muitas vezes isso acontece.

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder à questão colocada pelo eleito Álvaro Brasileiro referindo que a RESIURB neste momento tem um contrato celebrado com o consórcio, contrato esse que está vigorado de forma transitório, isto porque o que estava perspectivado desde o início era a constituição da Ecoléziria atendendo a que a Ecoléziria não se pode constituir porque era necessário a unanimidade das Assembleias Municipais e as Assembleias Municipais de Almeirim e de Alpiarça não aceitaram tal como foi presente aos respectivos órgãos, os estatutos da Ecoléziria, os esclarecimentos até hoje ainda não chegaram, a Ecoléziria não pode

ser constituída e portanto o contrato definitivo não pode ser celebrado, daí que a RESIURB esteja a fazer contratos parcelares e mensais.

A eleita Vera Noronha leu o voto de congratulação com o seguinte teor:

“Começou mais um Ano Lectivo no Concelho de Alpiarça e é com muita satisfação que eu como professora vejo realizadas algumas obras nas escolas e nos jardins de infância, obras essa que ao longo dos anos foram pedidas mas nunca foram realizadas porque nunca foram prioridade para anteriores executivos.

Alguns anos atrás quando se falou que a cantina da escola do Primeiro Ciclo estava mal equipada e necessitava de obras, alguém disse a um jornal da zona que “era meter a foice em seara alheia”, pois bem agora já não é preciso falar mais nem é preciso correr o risco de vir o Delegado de Saúde dizer que a cantina podia fechar por não reunir as condições necessárias por falta de segurança.

Hoje temos uma cantina bem equipada com todos os requisitos próprios para fornecer aos alunos tanto da escola como dos jardins refeições de qualidade.

Falaremos agora do telheiro que durante tantos anos os pais reclamaram e os professores pediram, mas os outros disseram ter o projecto feito e na verdade não passou de intenção ou de um projecto virtual.

Hoje é uma realidade e mais uma vez é de enaltecer e agradecer a este executivo o cuidado que tem demonstrado com o bem estar das crianças de todo o Concelho.

Mas não é só este executivo que se preocupa com as crianças; também o Clube Desportivo “Os Águias” está de parabéns por disponibilizar uma carrinha para transportar os alunos para a escola evitando assim, que algumas crianças tenham de fazer grandes percursos a pé.

A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alpiarça.”

A eleita Vera Noronha usou da palavra para congratular-se, referindo que a única coisa que queria aqui salientar de facto, como não podia deixar de ser, uma vez que os pais são a seguir às crianças os principais usufrutuários do que se passou, quer nos Jardins de Infância quer nas Escolas Primárias. Ontem como sabem foi o primeiro dia de chuva a sério desde o início de Outono e de manhã quando ia levar o meu filho à Escola ele já ia a comentar com a vizinha que podiam brincar na rua porque podiam brincar debaixo do telheiro, e portanto é com grande satisfação que uma mãe pode assistir a uma conversa destas e também é com alguma satisfação que podemos ver os nossos filhos, os mais pequeninos se quiserem já podem tomar as refeições no Jardim de Infância, poupando-nos com isso algum trabalho que de facto nos compete, mas nem sempre somos capazes de concretizar, portanto é com grande alegria que de

facto vejo estas obras concretizadas especialmente porque as nossas crianças o merecem.

O voto de congratulação foi posto à votação, sendo aprovado por maioria, com oito votos a favor, cinco abstenções e um voto contra. O autarca Henrique Arraiolos fez declaração de voto, justificando que votou contra, não pelo trabalho que se fez, mas sim pela forma como a congratulação é apresentada.

O Sr. Presidente da Mesa convidou o Sr. Presidente da Câmara Municipal a apresentar resumidamente a informação à Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou a informação escrita acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, de acordo com o Art.º 53º da Lei N.º 169/99, cujo teor foi o seguinte:

1. ACTIVIDADE DIÁRIA DE MAIOR REALCE

2000-06-19

Conselho de Administração da AMLT

2000-06-21

Reunião de Câmara

2000-06-26

Visita a Alpiarça do Director da Segurança Social

2000-06-28

Reunião com Director da DGEMN

2000-05-29

Reunião com Presidente C.M. Almeirim – Encerramento Financeiro da Etar

Conselho de Administração da Resiurb

Conselho de Administração da AMLT

2000-06-30

Apresentação Publica do “Valtejo”

Reunião com Inspector Regional do SNB

2000-07-01

Inauguração Exposição de Fotografia na Casa Museu Patudos

2000-07-04

Reunião com Directora do GAT- Santarém

Conselho Administração da AMLT

2000-07-05

Inauguração do Aterro Intermunicipal

Reunião de Câmara

2000-07-07

Comité das Regiões (Comissão 4)

Seminário sobre incentivos à actividade económica

2000-07-09

Programa “Era uma Vez” – RCA

2000-07-10

Reunião com Ministra do Ambiente

2000-07-11

Jornada “instrumentos financeiros de apoio á actividade cultural dos Municípios”

2000-07-12

Conselho Administração da Resiurb

Assembleia Geral da Inovartejo

Seminário “Carta Escolar” – Delegação de Lisboa do IPJ

2000-07-13

Assembleia de Escola na Escola EB 2,3 /S

2000-07-14

Reunião com Presidente do INAG – “Vala de Alpiarça”

2000-07-17

Posse Corpos Sociais do NERSANT

2000-07-18

Conselho Administração Resiurb

Conselho Administração da AMLT

2000-07-19

Reunião com Secretário Estado Obras Publicas – “Casa Museu dos Patudos”

Reunião de Câmara

Assembleia Geral da Fundação José Relvas

2000-07-20

Reunião com Eng.º João Portugal Ramos – Investimentos no Concelho

2000-07-21

Unidade de Gestão do Programa “VALTEJO”

Reunião com IPPAR

2000-07-22

Inauguração de Exposição de Carlos Haes na Casa Museu Patudos

2000-07-24

Reunião com Director da EDP – “Reforço iluminação publica no Concelho”

2000-07-25

Posse dos Corpos Sociais da Inovartejo

Reunião com Presidente da Câmara Municipal de Constância – Finanças Locais

2000-07-26

Reunião com Delegado Distrital do IND – “ Complexo Desportivo dos Patudos “

Reunião com ITAU – fornecimento de refeições ano lectivo 2000/2001

2000-07-27

Reunião de Câmara

Reunião com Secção Atletismo do C.D. Águias

2000-07-28

Almoço – Convívio no Mercado Frutas do Carril

Reunião no GAT- Santarém

2000-07-31

Presença no Seminário “Água Potável”

2000-08-01

Reunião com CEDRU – “Vala de Alpiarça”

2000-08-10

Apresentação Pública do 1º Grande Prémio Ciclismo da RLVT

2000-08-11

Presença na Inauguração da “Festa dos Rios” - Tancos

2000-08-16

Reunião com Secretário Geral da ANMP – “Revisão da Lei das Finanças Locais”

2000-08-18

Reunião com Comandante do CBMA

Reunião com Executivo da Junta de Freguesia

2000-08-21

Reunião INOVARTEJO

2000-08-22

Reunião com Presidente da Agroalpiarça

Reunião com Comandante do CBMA

Sorteio de lugares “Salão Automóvel”

Reunião com Empresa Verde Sul

2000-08-23

Reunião com Dr. Nuno Prates – Monografia do Concelho

2000-08-24

Reunião INOVARTEJO

2000-08-27

Programa na RCA – Alpiagra

2000-08-28

Reunião com Presidente do IND – Complexo Desportivo dos Patudos

2000-08-29

Reunião com Dr.^a Agnés Soulard – Universidade do Vinho

Reunião no Jardim infantil das Faias – almoços no próximo ano lectivo

Reunião na ANMP

2000-08-30

Reunião na FJR

2000-08-31

Conselho Administração da AMLT

2000-09-01

Festa Final OTL

2000-09-04

Reunião com Comissão Coordenadora do Congresso de Medicinas Alternativas

2000-09-05

Conselho Administração da RESIURB

Reunião com Directora do Jardim de Infância de Alpiarça

Reunião com Arq. Vítor Mestre – Casa Museu dos Patudos

2000-09-06

Reunião de Câmara

2000-09-07

Reunião na C.M. Figueiró dos Vinhos – Revisão da Lei das Finanças Locais

2000-09-08

Reunião com Presidente da C.M. Almeirim

2000-09-09

Inauguração da XVIII Edição da ALPIAGRA

2000-09-11

Reunião com Administração da BOLTHOUSE e AGROPROMOTORA

Reunião com Administração da AGROMAIS

2000-09-12

Reunião com Direcção da Associação Recreativa do Frade de Baixo

2000-09-13

Reunião com Eng.º Pedro Castro Rego e Dr.ª Ana Teixeira – Universidade do Vinho

Reunião com Executivo da Junta de Freguesia

Reunião na Cantina da Escola Primária com funcionárias da cozinha, ITAU e Directora da Escola

2000-09-14

Reunião do Conselho de Administração da RESIURB

2000-09-15

Almoço com Expositores na ALPIAGRA

Reunião de Pais no Jardim de Infância de Frade de Baixo

2000-09-16

Campeonato Regional BTT

2000-09-17

Encerramento Alpiagra

2. ACTIVIDADE GENÉRICA

- a) Organização de Viagens para a 3ª Idade (decorreram entre 28 Agosto e 7 de Setembro, com a presença de cerca de 400 Munícipes)
- b) Reparação e regularização de vias municipais não asfaltadas
- c) Beneficiação e apoio ao Mercado de Frutas do Carril
- d) Apoio na realização das “Noites de Verão”
- e) Colocação de passadeiras na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes
- f) Apoio à realização de Acampamento no Patacão, organizado por “Núcleo de Jovens de Alpiarça”
- g) Lavagem de contentores
- h) Asfaltamento de artérias no Recinto de Exposições
- i) Beneficiação do Espaço das Tasquinhas, no Recinto de Exposições
- j) Continuação de limpeza em todo o concelho, com utilização de “corta-ervas”
- k) Apoio na colocação de Ecopontos
- l) Desinfestação no Parque do Carril, Parque de Campismo, Lixeira, Barragem dos Patudos e Recinto de Exposições
- m) Beneficiação de balneários no Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves

- n) Colocação de Aqueduto na Rua dos Gaiatos no Frade de Baixo
- o) Limpeza a arranjo de valinha hidráulica contígua ao Aqueduto da rua dos Gaiatos
- p) Beneficiação da canalização da Escola do Ensino Básico
- q) Organização e limpeza de espaços no Recinto da Ex- Misericórdia, para funcionamento dos OTL
- r) Beneficiação dos Polidesportivos de Frade de Baixo e Frade de Cima
- s) Apoio á Organização do 1º Grande Prémio de Ciclismo da RLVT
- t) Instalação de Rotunda nos Acessos à Zona Industrial
- u) Conclusão do parque de Estacionamento no Cemitério
- v) Beneficiação das instalações municipais na Rua Silvestre Bernardo Lima, onde está a funcionar o serviço de cobrança de água
- w) Conclusão da cantina no jardim Infantil das Faias
- x) Conclusão da Cantina no Jardim Infantil de Frade de Baixo
- y) Instalação de equipamento na cozinha da Escola do Ensino Básico e Beneficiações várias no Refeitório
- z) Conclusão de Telheiro na Escola de Ensino Básico
- aa)Arranjos Exteriores na “Zona do Sacadura” – Prédios Planotejo
- bb)Instalação de gás natural nos loteamentos “Carlos Relvas” e “Artur Carvalho”
- cc) Reparação de bancos na Rua Jacinto Mártires Falcão
- dd)Conclusão das obras de implantação da ETAR
- ee)Beneficiações no jardim Infantil do Frade de Baixo com :
 - substituição de alcatifa
 - anulação de divisória de madeira, para permitir refeições
 - reparações eléctricas
 - Instalação de móveis em Inox
 - Pintura Interior
- ff) XVIII ALPIAGRA

3. OBRAS EM CURSO

- a) Implantação de Rotunda junto à Albufeira dos Patudos
- b) Piscinas Municipais – Arranjos Exteriores
- c) Arranjo Paisagístico da Entrada Sul do Concelho (talude dos Patudos)
- d) Casa Museu dos Patudos
- e) Arrelvamento do Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves
- f) Recuperação da Pista de Ciclismo de Alpiarça

- g) Ampliação e Beneficiação da Pista Coberta de Atletismo
- h) Implantação de Pluviais e preparação para asfalto da Rua e Travessa da Patracola
- i) Conclusão das obras do Dique do Patacão e acessos à “Praia Fluvial”
- j) Infraestruturação dos Loteamentos “Artur Carvalho” e “Carlos Relvas”
- k) Beneficiação do espaço envolvente ao Centro de Saúde
- l) Arruamentos do Casalinho (Rua do Pinheiro, Rua 11 de Março e Rotunda no Largo Gen. Humberto Delgado)
- m) Jardim do Casalinho
- n) Depósito Elevatório no Frade de Baixo
- o) Esgotos no Frade de Cima
- p) Colocação de ramais no Bairro 25 de Abril

4. VISITAS AO CONCELHO

Director do Serviço Sub-Regional de Segurança Social

Directora do Centro de Emprego de Santarém

Director Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Director do IFADAP

Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Equipa do Programa RTP Regiões – Mercado de Frutas do Carril

Deputado Nelson Baltazar

Presidente da Câmara Municipal da Chamusca

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Presidente da CCRLVT

Dr.^a Agnés Soular – Universidade do Vinho

Presidente da CVR Ribatejana

Secretário de Estado para a Defesa do Consumidor

5. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Com base nos apuramentos contabilísticos, datados de 2000-09-18 , resulta a seguinte situação :

a) Dividas a Fornecedores	:	59 102 contos
b) Quadro Comunitário e Contratos - Programa	:	169 468 contos
c) Empréstimos	:	280 873 contos
d) Disponibilidades de Tesouraria	:	82 517 contos
e) Documentos (por receber)	:	7 733 contos

O Presidente da Câmara leu também uma informação à Assembleia Municipal, com

o seguinte teor:

“Após o relato do que de mais significativo se passou no período que mediou desde a última Assembleia Municipal passo a ler uma informação relativa às acusações dirigidas, no último comunicado da CDU, à actuação do Presidente da Câmara. Entendo ser este o local próprio para o fazer pela dignidade que todos devemos à Assembleia Municipal e porque, na sua qualidade de órgão superior do Município, deve ser devidamente esclarecida, quando dúvidas se levantem sobre a actuação do Executivo Municipal e, no caso concreto, de quem o dirige. Passo a ler :

A Comissão Coordenadora da CDU de Alpiarça lançou este mês mais uma folha desinformativa, ofensiva e típica dos defensores das ditaduras, sejam elas fascistas ou comunistas.

A CDU tem um problema que nunca conseguiu resolver – O da existência de pessoas com memória e que não pactuaram com a sua ofensiva para instalar uma ditadura, tal como não tinham pactuado com a ditadura existente antes de 25 de Abril de 1974.

O PCP bem tentou. Logo a seguir ao 25 de Abril apropriou-se, abusivamente , dos ficheiros da EX- PIDE/DGS. Até hoje não nos explicaram esta atitude, embora seja fácil perceber o intuito.

A CDU de Alpiarça parece ser incapaz de se adaptar às regras próprias de uma vida democrática. Exemplos como os de Vital Moreira, Barros Moura, Pina de Moura, Raimundo Narciso, Osvaldo de Castro, Carlos Cabral de Matos e, mais recentemente, Carlos Brito são um exemplo vivo de combate a esses comportamentos. Outros como Manuel Vital ou João Sanfona não estão vivos e isso é um sossego para muitos .

Mas em nome dos que desapareceram ou acharam que não valia a pena haverá sempre lugar para os que não desistem de ter memória.

Logo no início deste mandato começaram por dizer que tinham deixado tudo feito e do pouquíssimo que não tinham tido tempo para fazer, tinham deixado todos os projectos. Era o tempo em que celebridades do PCP local afirmavam que o actual executivo não era capaz de parir nada. LEMBRAM-SE ?

Claro que muito rapidamente este discurso estava gasto face ao surto empreendedor do actual executivo que, só atitudes irracionais, podem negar. A este propósito é interessante relembrar que , relativamente aos projectos que candidatou ao QCAII, o Executivo da CDU, em 4 anos, cumpriu 28 %. Nós , em 2 anos, ultrapassámos os 100% exigidos.

Mas para não falarmos só de taxas de execução relembremos dois anos e meio de mandato com factos concretos :

a) Vias asfaltadas e beneficiadas :

Totalizam 48 Km. A um preço, por baixo de 15 000 contos o Km , foram 720 mil contos de investimento. Mas para quem nos acusa de só pensar em alcatrão não pensem que vamos parar. É que já se encontram adjudicados mais 25 Km.

b) Equipamentos

- 2 Cantinas (Faias e Frade de Baixo) que vão permitir iniciar o ano lectivo com fornecimento de refeições.

- ETAR na Gouxaria – iniciada e concluída

Esgotos no Frade de Cima (já que os que estavam declarados como feitos não os encontramos)

- Estádio Municipal: Bancadas, arrelvamento e recuperação da pista de ciclismo

- Centro de Exposições: Pavilhão de Espectáculos, arruamentos, praça das tasquinhas e espaço do artesanato .

- Igreja Matriz – Cobertura e fachadas

- Albufeira dos Patudos – Passeios, nova iluminação, futebol de praia, rotunda, talude, etc

- Estabelecimentos de Ensino – equipamentos e beneficiação

- Ensino Secundário – novos agrupamentos com equipamentos exigidos para o seu funcionamento

- Espaços Verdes – Novos espaços e equipamentos infantis nos jardins

- Cemitério Municipal : novas artérias, ossário e parque de estacionamento

- Mercado de Frutas do Carril

- Rega automática na maior parte das zonas verdes

- Posto de Turismo – Tão desejado e só agora concretizado

- Gabinete de Apoio ao Município

- Canil Municipal

- Recuperação do Património Edificado

- Colocação de Obras de Arte

- Meios de transporte : 1 autocarro novo, aquisição de 4 ligeiros (um dos quais só para o transporte de refeições) e ambulâncias e Autotanque para o CBMA

Obs. Seria maçador falar do que foi feito em termos de investimento em maquinaria diversa e dignificação do sector administrativo da CMA.

- Banda da SFA 1º Dezembro : novos instrumentos

c) Projectos estruturantes

- Piscinas Municipais – tínhamos um chapinheiro (que o executivo da CDU se comprometeu

acabar até 31/12/1997).

- *Casa Museu dos Patudos: Recuperação total*
- *Instalação de Hotel na Barragem : no tempo do executivo da CDU nem por 1\$00/ m2 tiveram investidores interessados.*
- *Zona Industrial : Lembrem-se do que nos deixaram e o que agora existe*
- *Biblioteca Municipal – executado o projecto e lançado o concurso*
- *Quartel da GNR – com promessa de começar em breve*
- *Pavilhão Desportivo na EB 2,3/ S- garantido o apoio financeiro*
- *ETAR Intermunicipal : Encontrámos uma situação de contencioso. Fizemos as negociações, arranámos financiamento e fizemos a obra.*

d) *Cultura, Desporto e Tempos Livres*

- *Noites de Verão*
- *Alpiagra*
- *Feira do Vinho Engarrafado do Ribatejo*
- *Feira do Livro – com nova projecção e riqueza formativa e cultural*
- *ATL/OTL – nunca foram tantos os jovens envolvidos e qualificantes as actividades desenvolvidas*
- *Teatro, Exposições, Concertos, Comemorações Diversas*

e) *Projecção de Alpiarça no Exterior : Televisões, Rádios, Imprensa Escrita, Visitas Institucionais ao Concelho. Nunca se falou tanto de Alpiarça, um Concelho dos mais pobres da RLVT mas que apresenta para o QCAIII projectos de milhões de contos.*

Muito mais haveria para enumerar. Para nós a obra está à vista. No entanto relembramos o Açude do Carril (que na opinião de ilustres articulistas da CDU era a única coisa que conseguíamos parir).

Perante este caudal de iniciativas e realizações concretas o sector mais ortodoxo da CDU entrou em desespero e passou ao que melhor sabe fazer: O Boato, A Intriga, A Opressão, A Ofensa com características semelhantes a um tempo de má memória .

Sem perder muito tempo com o que ,em sede própria, será tratado, vejamos as abomináveis acusações de que tenho sido alvo:

1) *“Presidente da Câmara com projecto de poder pessoal” . Um Boato posto a correr é o de que o Presidente da Câmara é actualmente o dono de quase todos os terrenos situados no Casalinho, em condições de serem urbanizados.*

A este propósito a verdade é a de que o que a minha família possui foi deixado a minha mulher pelo avô e pelo pai, já falecidos (e até por isso mereciam mais respeito). Antigos

arroteadores no Vale da Lama, tiveram uma vida de “escravos”. Muitas noites tinham que dormir em árvores, como medida de protecção individual.

A determinado momento da sua vida fixaram-se no Casalinho onde tinham um estabelecimento conhecido pela “Tasca do Vences”. Era e é uma pequena taberna que em 1975, alguns pretensos democratas, vejam lá, quiseram ocupar. Não se espantem esta é a verdade, apesar do ridículo. O que deixaram à família foi produto do seu suor e não de uma vida fácil. Ainda hoje a casa onde as suas viúvas habitam está à vista de todos. Comparem-na com a de alguns conhecidos “progressistas” da nossa praça e interroguem-se. Será que os vencimentos que estes auferiram durante ¼ de século se reproduziram por um qualquer fenómeno estranho (É bom não esquecer que os evidentes sinais exteriores de riqueza, tão criticados e condenados pela ideologia que apregoam, estão à vista de toda a gente e não se vislumbra que tudo aquilo se consiga com os baixos salários, dos sucessivos Governos, tão contestados pelo PCP ?)

2) Novas Urbanizações e insinuações de carácter pidesco :

O pai do Presidente da Câmara possui, há muitos anos, uma agência imobiliária. Até hoje sempre trabalhou no respeito das regras e da lei. Pelo facto de o filho ter sido eleito Presidente da Câmara tem que se reformar?

Que benefícios é que a empresa do pai do Presidente da Câmara retirou com o cargo que o filho ocupa ? Se a CDU não apontar as situações e se limitar ao boato tal atitude não tem outro nome que não seja o de um comportamento vergonhoso e baixo.

A CDU sabe que se quisesse falar verdade bastava solicitar aos serviços da Autarquia a relação de projectos, e respectivos interessados, na sequência da Alteração do PDM. Porque o não fizeram? SERÁ PORQUE SABIAM QUE TAL PODERIA NÃO LHES SER CONVENIENTE?

3) A CMA sobe o preço dos terrenos :

A Comissão Coordenadora da CDU de Alpiarça acha mal tal atitude. Seria pensável esperarem que íamos continuar com a política de oferta que fizeram nos seus mandatos ? Então o bem público não tem que ser correctamente gerido?

Então pensavam que nós íamos permitir que entidades ocupantes de terrenos públicos, que são de todos os Alpiarcenses, os continuassem a usar, deles retirando rendimento, sem os pagar à Câmara? É que o bem público (cantinas, asfalto, equipamentos desportivos, acção cultural, etc., etc.) precisam de receitas.

Não é o actual executivo que conjuga o poder económico com o poder político. Nós não fizemos ocupações para reverter em proveito não esclarecido. Tentamos rentabilizar o que temos à nossa disposição em benefício de toda a população porque essa é a nossa função. A Comissão Concelhia da CDU não compreende nem aceita esta atitude porque, se calhar, não

era essa a sua prática.

4) Alteração de projectos aumentando para o dobro a densidade urbanística

Em 1995 o Executivo de então viabilizou para a zona conhecida por “Casal dos Gagos” um projecto (3/95) com os seguintes índices :

<i>Área dos Lotes (m2)</i>	<i>: 7 285</i>
<i>Área de Implantação (m2)</i>	<i>: 6 475</i>
<i>Índice de Implantação</i>	<i>: 0,36</i>

Com estes índices nada avançou e a imagem de degradação do local continuava. Possivelmente era para fazer companhia às relíquias como as do antigo Edifício dos Águias ou da lojas conhecidas por “Pinhões” e “Garriapa”.

Em 1999 a “reliquia“ deu lugar a um projecto de Loteamento com os seguintes índices :

<i>Área dos Lotes (m2)</i>	<i>: 5 368 (menos 1 917 m2)</i>
<i>Área de Implantação (m2)</i>	<i>: 5 368 (menos 1 107 m2)</i>
<i>Índice de Implantação</i>	<i>: 0,30 (menos 0,06)</i>

Do que é que a CDU nos acusa? De termos acabado com o mamarracho e termos conseguido uma dignificação do local aumentando a área de zona verde envolvente á urbanização?

5) Saneamento de Pessoas Competentes

O Actual Executivo NÃO SANEOU NINGUÉM. Tem, sim, promovido trabalhadores que são publicamente conhecidos pela sua diferente opção política. A CDU insinua e não diz quem foi porque sabe que ninguém foi saneado, suspenso ou prejudicado. Todos, sem excepção, são respeitados e tratados de igual forma o que, não aconteceu em anteriores mandatos.

6) Amedrontar Eleitos, Trabalhadores e Municípes

A Concelhia da CDU entrou em total delírio. Consegue apontar publicamente o nome de um trabalhador que tenha sido perseguido? É que fomos nós que colocámos no quadro e valorizámos profissionalmente e financeiramente muitos dos trabalhadores que se arrastavam com contratos a prazo. E fizémo-lo, como é nosso dever, sem preocupações de carácter ideológico. Nós praticamos a democracia, não nos limitamos a apregoá-la .

E porque, contrariamente à Comissão Concelhia da CDU, nós apontamos factos aqui vai uma relação comparativa entre a acção dos Executivos por si dirigidos e do Actual, sobre esta matéria :

José João Vinagre Lomeu - 30 dias de suspensão, decidida em Reunião de 20/01/84

João Júlio Nunes Alcaide - Repreensão escrita aplicada em Reunião de

Assembleia Municipal de Alpiarça

20/06/91

Inquérito disciplinar aberto em 11/08/93. A nota de Culpa desapareceu do processo

Fernando Lagarto da Costa

- Suspensão por 30 dias, em Reunião de 22/05/91

- Multa de 5 000\$00, decidida em 29/01/92

António Saragoça André

António Fernando Ferreira

Luis Filipe Maria Lopes

António Manuel Lopes Hilário

Manuel Celestino Pereira

- Em 13/02/89, por não terem ido ao Entroncamento ao plenário do STAL viram descontado o tempo respectivo.

João Jacinto Alcobia Duque

- Inquérito disciplinar em 16/09/91 e pena de demissão ordenada em 13/10/92

Luis Arraiolos Pereira

- Pena de multa, em Reunião de 18/07/90

Aires da Costa Bravo

- Repreensão escrita, em Reunião de 03/10/88

António João L. Pratas Rosa

- Repreensão escrita suspensa por 1,5 ano, em Reunião de 3/10/86

Aurélio Santos Alfaiate

- Pena de Aposentação compulsiva, em Reunião de 31/12/97

Emilia Maria R. Policarpo

- Repreensão escrita, em Reunião de 19/12/90

Carlos Manuel Perdigão

- Pena de multa, em Reunião de 28/10/83

António Vicente Duarte

- Repreensão escrita, em Reunião de 29/06/87

- Desconto de 2 dias no vencimento, em Reunião de 3/11/89

- Desconto de 3 dias de vencimento, em Reunião de 01/01/90

António Joaquim L. Dias

- Multa de 10 000\$00, em Reunião de 17/12/84

- Repreensão escrita, em Reunião de 24/10/86

Fernando Pinto Alcanena

- Repreensão Verbal, decidida em Abril de 1982

Joaquim Abreu da Costa

- Repreensão escrita, em Reunião de 20/05/91

Joaquim Manuel S.Coelho

- 2 dias faltas injustificadas após serviço num incêndio, em Reunião de 15/09/86

Júlio Manuel A . Moita

- Pena de suspensão de 180 dias, decisão de

01/03/83

Manuel Celestino R. Pereira

- *Inquérito disciplinar em 11/03/92 pelo facto de num Bar e fora das horas de serviço ter feito considerações consideradas menos dignas para com o Senhor Presidente da Câmara.*

Mário Faria da Rama

- *10 dias de suspensão, decisão de 21/03/83*

Mário João M. Toucinho

- *Repreensão escrita, decisão de 19/09/86*

Ramiro Relvas Lima

- *Repreensão escrita, decisão de 08/09/93. Actualmente está a decorrer um inquérito disciplinar*

Rogério Paulo Franco

- *Pena de repreensão, decisão de 18/12/87. Em 18/12/95 e 19/02/96 foram-lhe instaurados processos. O parecer final não existe no processo*

Valdemar Domingos D'Avó

- *Multa de 12 834\$00 devido a acidente com ambulância. Decisão de 10/01/89*

Augusto Vítor Fidalgo

- *Em 16/06/82 foi acusado de, na sua condição de motorista estar a “gastar mais pneu” que outra camioneta. A pessoa em causa viu-lhe também ser negada a possibilidade de se dirigir ao Hospital de Santarém para se inteirar do estado de saúde de sua filha que devido a um acidente grave viu uma das pernas amputadas.*

Este é o resultado de uma solicitação feita aos serviços de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça e destinada a informar a Assembleia Municipal.

ENTÃO, SENHORES DA CDU, EM QUE TEMPO E COM QUEM É QUE HAVIA UM CLIMA DE CAÇA ÀS BRUXAS ?

7) Processos em Tribunal

Em Março de 1999 a CDU lançou sobre o Presidente da Câmara graves acusações, que agora repetiu. É evidente que num Estado de Direito, que a Concelhia da CDU parece ter dificuldade em aceitar, há regras . Quando se ofende sem provas. Quando na praça pública se põe em causa a honorabilidade das pessoas o Poder Judicial confere ao cidadão ofendido o direito de se defender. LEMBRAM-SE ? Quem ofende e calunia é julgado e tem que provar o que afirmou. Este é um dos pilares da democracia que suplanta com muita qualidade as práticas saudosistas dos Tribunais Plenário ou a dos campos de Reeducação num qualquer

Arquipélago de Gulag.

8) Património danificado

A CDU afirma no seu comunicado que o Executivo (numa proposta aprovada por unanimidade) acusa toda a população de selvagem. Para que não restem quaisquer dúvidas entre o que é a verdade transcreve-se essa parte do texto :

“Não é legítimo nem se pode aceitar que comportamentos selvagens destruam o que a todos pertence”

Como podem verificar qualquer pessoa entende perfeitamente o que se diz. Claro que à CDU convém fazer o papel de ignorante e tentar desvirtuar a verdade.

Pergunto: Para quem viveu o tempo do fascismo de forma interveniente, qual é a diferença que encontram comparativamente com algumas das técnicas sinuosas e agonizantes utilizadas pela velha ditadura?

9) Vacas da Agroalpiarça

Aqui está um assunto que espelha bem a ligação existente entre o poder político e o poder económico, que caracterizou Alpiarça quando era a CDU a dirigir os destinos da nossa terra.

A Agroalpiarça é, e deveria ter sido sempre, uma empresa totalmente distinta da Câmara Municipal. A Agroalpiarça tem uma Direcção, eleita democraticamente em Assembleia Geral, que dirige os seus destinos. Compete à Direcção da Agroalpiarça tomar as medidas necessárias para um funcionamento eficaz e cumprir, assim, a sua finalidade social. A Concelhia da CDU sabe quem era o Director da Agroalpiarça responsável pelo património da empresa. Ele estava lá desde o nascimento da empresa e nomeado por um Executivo da CDU!

Penso que a Comissão Coordenadora Concelhia da CDU também sabe que a Câmara e em especial o Presidente não são agentes da Autoridade nem investigadores – OU NÃO? Entre a gestão da Câmara Municipal e da Agroalpiarça existe uma separação.

Este Executivo nunca se lembraria de oferecer um almoço à população e resolver abater um animal para esse efeito. Por isso nunca dirá à Agroalpiarça : Abatam aí uma vaca para a nossa festa!

10) Os ataques pessoais

Como já referi a CDU tem um grande problema que é o da existência de pessoas com memória. A memória de os ter conhecido antes e depois do 25 de Abril de 1974 . A memória de ter, no Verão quente de 1975, sabido opor-se a todos os oportunismos.

A memória das ameaças de morte para a noite de 25 de Novembro de 1975 e as sugestões de fuga para familiares.

A memória de ter tido a coragem de denunciar atitudes e comportamentos.

Mas não é só com memória que se faz o combate contra todas as formas de Ditadura e de Oportunismo, é também com atitudes .

As atitudes de não pactuar com incorrecções, como sejam: Aval ilegal à Agroalpiarça, declarações falsas para justificar fundos comunitários, pagamentos efectuados sem as obras estarem realizadas ou também a recusa em transmitir informações de concorrentes quando a Câmara faz consultas de âmbito financeiro ao mercado. (O senhor António, conhecido articulista sabe do que estou a falar, não é verdade?)

Senhores da Concelhia da CDU o Presidente da Câmara tem uma vida limpa e transparente. Não nasceu em nenhum berço de ouro e o seu percurso tem sido feito à custa de muito trabalho e sacrifício, pessoal e familiar.

O presidente da Câmara tem um percurso profissional que é o resultado de uma vida de trabalho. Tirou o seu curso na condição de trabalhador – estudante. Foram 6 anos em que começava a trabalhar às 8 h e chegava a casa depois da 1 hora da manhã. O seu filho só aprendeu a dizer a palavra Pai depois dos 2 anos de idade, já que até lá o pai era uma pessoa praticamente ausente.

O presidente da Câmara abandonou um dos lugares políticos mais apetecíveis do País para vir para a sua terra, que ama, ganhar menos de metade do que auferia anteriormente. Quantos senhores da CDU de Alpiarça fizeram o mesmo? Aliás o anterior Presidente da Câmara apontou-lhe essa situação tentando demovê-lo do combate democrático que terminou na vitória autárquica do movimento Alpiarça é a Razão .

O Presidente da Câmara pode não ser uma pessoa simpática, por não andar nos copos. Mas não foi para isso que a população o elegeu. O Presidente da Câmara entre os copos (para conquistar amigos) e o trabalho para o bem estar da população, opta pelo trabalho, já que este conduz ao benefício global e não só ao daqueles com quem possa estar a conviver num determinado momento. Para o Presidente da Câmara o convívio é salutar mas tem que ser escasso, porque o tempo é pouco para trabalhar.

Este Presidente de Câmara não se fecha no Gabinete a ler o jornal. A sua porta está sempre aberta e o seu tempo é pouco para arranjar o dinheiro que é necessário para garantir o bem público.

Este Presidente de Câmara não se verga nem se deixa derrotar perante ataques torpes e golpes baixos.

Este Presidente de Câmara acredita que os homens nasceram iguais e que foram dotados pelo seu criador, de direitos inalienáveis, como o direito à vida e à liberdade.

Este Presidente de Câmara estará sempre na 1ª linha de combate contra qualquer força

política que não respeite a livre opção dos eleitores. As ditaduras são todas más, sejam de esquerda ou de direita .

George Orwell caracterizou como ninguém o tinha feito a tradução totalitária e ditatorial do comunismo. No seu livro “1984” escreveu a determinado passo:

“Estava só. O passado estava morto, o futuro era inimaginável. Tirou do bolso uma moeda. Ali também, em letras muito minúsculas, liam-se as mesmas frases. Do outro lado a cabeça do Grande Irmão. Até mesmo da moeda, aqueles olhos o perseguiram. Nas moedas, nos selos, nas capas dos livros, nos distintivos, nos cartazes, nos maços de cigarros – em toda a parte. Sempre os olhos a fitar o indivíduo, a voz a envolvê-lo. A dormir, ou acordado, a trabalhar ou a comer, dentro ou fora de casa, na casa de banho ou na cama – não havia fuga. NADA PERTENCIA AO INDÍVIDUO, EXCEPTO ALGUNS CENTÍMETROS CÚBICOS DO CRÂNIO”

O Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça não se subjugava a esta realidade e acha que o ser humano tem direito a muito mais do que só alguns centímetros cúbicos de crânio.

Por isso se a Comissão Concelhia da CDU julga que com atitudes traiçoeiras e ataques torpes me vai fazer desistir está enganada. A minha vigilância é total e não pactuarei, como não o fiz no passado, com comportamentos e atitudes ditatoriais e cobardes.

Eu, contrariamente a outros, faço política porque entendo que ela é a forma mais nobre de consagrar o serviço público. E faço política com a coluna vertebral direita.

Sei o que quero e sei, muito bem, por onde vou, mas não penso trilhar o meu caminho espezinhando seja quem for nem me aproveitando do lugar que ocupo.

Oxalá todos pudessem dizer o mesmo.”

Interveio o autarca Álvaro Brasileiro para comentar as palavras do Presidente da Câmara Municipal, referindo que não aceita que uma sessão da Assembleia Municipal seja utilizada para ser Tribunal da CDU, referindo ainda que o poder subiu à cabeça do Presidente da Câmara, tendo de seguida abandonado a sessão.

O eleito Manuel Feliciano usou da palavra para lamentar que o Presidente da Mesa tivesse deixado as coisas levarem o rumo que levaram, tendo de seguida abandonado a sessão.

Usou da palavra o autarca Henrique Arraiolos para dizer que iria seguir o exemplo dos seus dois colegas, e que aconselhava os restantes membros a abandonarem a sessão.

A bancada da CDU tomou igual posição, bem como o vereador da CDU, Carlos Jorge.

O eleito Paulo Espírito Santo usou da palavra para referir que a CDU quando ataca

a bancada do PS ouve democraticamente o que eles dizem e no entanto quando são atacados abandonam a sala.

O Presidente da Mesa e a secretária Vera Noronha fizeram breves intervenções sobre a situação criada.

Foi chamada a eleita Fátima Rodrigues para segunda secretária da mesa, dado existir quorum para a continuação da sessão.

A eleita Vera Noronha interviu para propor uma visita ao concelho, cuja data será proposta pelo executivo.

O presidente da Junta de Freguesia usou da palavra para propor que os membros da Assembleia de Freguesia também fossem convidados para a visita ao concelho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um – Autorização da Repartição de Encargos:

- a) Construção do pavilhão de Atletismo – Ampliação – Alpiarça;
- b) Construção de Depósito Elevado de trezentos metros cúbicos para o Reforço e Abastecimento de Água a Frade de Baixo e Gouxaria – Alpiarça.

O senhor Presidente da Mesa usou da palavra para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se este queria esclarecer mais alguma coisa sobre este ponto.

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, começou por esclarecer que esta autorização para repartição de encargos é para duas obras que serão executadas durante os períodos económicos de dois mil e dois mil e um. A primeira obra será a construção do depósito elevado de trezentos metros cúbicos com destino ao reforço do abastecimento de água às populações de Frade de Baixo e Gouxaria, onde o montante global da obras é de trinta e cinco milhões quinhentos e cinquenta e três contos, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, para dois mil, sendo a previsão de gastos de treze milhões e vinte e seis mil contos e para dois mil e um de vinte e dois milhões quinhentos e dezassete contos. Referiu ainda que a outra situação tem a ver com a ampliação da pista coberta de atletismo, que é aquele pavilhão que está no recinto das feiras, cujo valor da obra já está adjudicado e é para começar de imediato (tal como o depósito); o custo é de setenta e oito mil seiscentos e sessenta e três contos, com uma repartição de trinta e quatro mil duzentos e sessenta e três contos para este ano e de quarenta e quatro mil trezentos e noventa e nove contos, para dois mil e um.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto dois – Segunda Revisão ao Plano de Actividades para o ano de dois mil

(Aprovação/Ratificação).

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, explicou que a Alteração ao Plano de Actividades foi para permitir a aquisição de uma nova viatura para o Corpo de Bombeiros Municipais, um Auto-Tanque. Referiu que era conhecido o estado em que se encontrava o Auto-Tanque e devido a estes factos os Bombeiros já não podiam sair com ele, porque punham em perigo a sua vida e portanto tiveram que adquirir uma nova viatura para o combate de incêndio. O Presidente da Câmara referiu ainda que esta Alteração ao Plano de Actividades é precisamente para abrir esta rubrica e permitir a sua aquisição e o seu pagamento.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto três – Projecto do Regulamento do Canil Municipal de Alpiarça.

O Presidente da Mesa usou da palavra para referir que este ponto já tinha vindo à aprovação da Assembleia, só que entretanto esteve em apreciação pública durante o período de trinta dias após publicação, pelo que teria que voltar, nos termos da lei, novamente à Assembleia, para ser aprovado definitivamente.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto quatro – Proposta – Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Junta de Freguesia de Alpiarça, ao abrigo número onze, do Decreto-Lei número setenta e sete barra oitenta e quatro, de oito de Março.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que o objectivo deste protocolo é consagrar exclusivamente na Junta de Freguesia a responsabilidade pela manutenção e criação dos espaços verdes, devido ao facto de haver uma grande confusão e por vezes ser difícil perceber onde é que acabavam os limites da Junta de Freguesia e começavam os da Câmara Municipal e vice-versa, e portanto este protocolo permitir que tudo o que seja manutenção ser de competência da Junta. É evidente que para isso, há que transferir também verbas para a Junta de Freguesia porque a Câmara vai deixar de fazer uma tarefa na parte que lhe competia. O Presidente referiu ainda que o protocolo tem uma proposta de vigência só para o ano dois mil e um, isto para não imputar responsabilidades a um futuro novo executivo, e então conduz a uma transferência mensal de trezentos e cinquenta mil escudos para a Junta de Freguesia que fica com esta responsabilidade única e exclusivamente como sua.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto cinco – Contracção de Empréstimo a Longo Prazo.

O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente de Câmara para dar os esclarecimentos necessários sobre a proposta para contracção de um empréstimo a longo prazo, de cento e cinquenta milhões de escudos.

O senhor Presidente da Câmara justificou que a contracção do empréstimo a longo prazo se destina a fazer face a investimentos reprodutivos e de carácter Social e Cultural.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto seis – Proposta - Isenção do pagamento da taxa devida pela ocupação da via pública, por motivo de obras destinadas à recuperação de fachadas de edifícios degradados do concelho de Alpiarça.

Usou da palavra o eleito António Milheiro para perguntar se a isenção do pagamento carece da autorização da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que carece de autorização, a que é certificada, mas a pessoa não paga rigorosamente nada, portanto a tentativa é criar mais um incentivo para as pessoas procederem à recuperação das suas fachadas.

O Presidente da Mesa interviu para perguntar se esta isenção era só para a recuperação ou se era também para obras novas.

O Presidente da Câmara esclareceu que esta isenção era só para a recuperação das fachadas e não para obras novas.

Posto o assunto à votação, foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo diversa assistência na sala, o Senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que os munícipes presentes apenas poderiam usar da palavra por uma única vez, devendo dirigir-se à mesa, e reportar-se apenas à ordem de trabalhos.

Interveio o munícipe Francisco Cunha para sugerir que os esclarecimentos feitos pelo senhor Presidente da Câmara fossem divulgados a toda a população através dos órgãos de comunicação social.

Interveio o munícipe Manuel Raposo para pedir que sejam colocadas placas nas entradas do concelho, porque gostaria que as pessoas ao entrarem em Alpiarça soubessem que estavam a entrar nesta vila.

Interveio o munícipe Pedro Gaspar para condenar o abandono da bancada da CDU.

Não se registando mais nenhuma intervenção dos munícipes, o Senhor Presidente

Assembleia Municipal de Alpiarça

da Mesa deu por esgotado este período e pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/B.N.